

# LÚCIO, o pioneiro da justiça

Texto de Tânia Varella



**O desembargador Lúcio Arantes ao receber a medalha no grau de comendador, conferida pelo Conselho da Ordem do Mérito de Brasília**

A Justiça de Brasília começou com Lúcio Batista Arantes. Por ser Juiz de Direito de Planaltina e sua jurisdição atingir também as cidades de Formosa e Luziânia, circundando a área onde deveria ser construída a nova capital, tudo tinha de ser resolvido com ele. Por isso foi quem fez o primeiro casamento, o primeiro júri e a primeira eleição em Brasília.

Em 1951 encontrava-se o dr. Lúcio em Planaltina, quando o governo de Goiás instituiu uma comissão para desapropriar as terras que se constituíram num total de 56 fazendas. O primeiro problema jurídico surgiu, a comissão encaminhava ao Juiz de Planaltina uma petição, e o dr. Lúcio resolvia o assunto.

No ano de 1956 foi iniciada a construção da nova capital e os problemas começaram a se avolumar pois a partir das desapropriações, a Novacap, já podia vender os lotes. Mais uma vez o Juiz de Planaltina era quem resolvia sobre escrituras e transações de compra e venda. Os diretores da Novacap na época, Israel Pinheiro, Iris Meinberg e Ernesto Silva acharam por bem instituir de uma forma mais sólida a justiça à época da construção. Era necessário um juiz aqui e não podia ser outro: foi Lúcio Arantes. Assim, todos os feitos de Brasília passaram a ser movimentados em nome da comarca de Planaltina. Na área da nova capital ficou sendo o dr. Lúcio o único juiz de uma população de mais de 150 mil habitantes, fenômeno que dificilmente terá similar no país.

Em frente à Velhacap construíram um galpão e, uma vez por semana, vinha o juiz de Planaltina em uma rural para resolver os problemas jurídicos que a cada dia aumentavam, pois suas atribuições abrangiam serviço criminal (o Departamento de Polícia de Brasília tinha uma atividade maior que a de Goiânia), acidentes do trabalho (o posto do IAPI funcionava dia e noite, tendo registrado mais de cinco mil acidentes); questões trabalhistas, cujas atividades eram maiores que as das juntas de conciliação de Goiânia e Anápolis somadas; inquéritos administrativos das companhias e empreiteiros eram feitos quase diariamente. Havia também outras questões menores: permissão para internamento, viagens e trabalho de menores; questões eleitorais; desapropriações, questões possessórias, mandados de segurança, aluguéis, arrendamento. E os casamentos a serem feitos, pois para receber um lote em cidade satélite o candidato tinha que casar. Sem certidão para provar, nada de lote. Por esse motivo eram celebrados quarenta casamentos em média por dia. "Por atacado", como lembra Lúcio Arantes. Ele ficou sendo chamado Santo Antônio de Brasília e todos os recém-casados queriam ser fotografados ao seu lado.

## COMEÇO

A vida no Núcleo Bandeirante, lembra o juiz, era uma espécie de far west (botas, muito pó e também muitos conflitos e exploração). "Nem cemitério tinha aqui." E reforça contando um fato que lhe aconteceu em Planaltina: era solteiro e morava em uma pensão. A noite, ao abrir a janela, deparou com um caminhão com vários defuntos dentro. E que os enterros todos eram feitos em Planaltina. A primeira pessoa a ser sepultada em Brasília foi Bernardo Sayão, no local onde seria mais tarde o Campo da Esperança".

## CARREIRA

No ano de 1944, Lúcio Batista Arantes foi aprovado em concurso para ingressar na magistratura goiana. Ficou na capital do Estado como Juiz Substituto e de lá não queria sair, pois lecionava Português e História no Instituto de Educação. Se saísse, desejava ir para a comarca de Trindade, sua terra

natal, nas proximidades de Goiânia. Entretanto, na campanha política de 1950 havia escassez de juizes para o serviço eleitoral no norte do Estado. O governador, pessoalmente, convidou-o a ir para Tocantinópolis, no extremo setentrional de Goiás. Ele relutou, mas acabou aceitando para credenciar-se na comarca de Trindade, após as eleições. Com o pleito, mudou o governo, cessou o compromisso do governador para com o juiz e a vaga que se deu em Trindade foi preenchida por outro. Mas, em Planaltina, elevada a comarca em 1948, o juiz desejava abandonar a magistratura. Parente do juiz de Tocantinópolis e desejando facilitar que ele se aproximasse de Goiânia, propôs-lhe permuta e o dr. Lúcio foi assim para Planaltina. Na nova comarca, fez ainda três tentativas no sentido de aproximar-se da capital do Estado. Até que nasceu o interesse de permanecer onde estava, quando em 1953, o general Djalma Poli Coelho visitou o quadrilátero de Cruls, chefiando a comissão de estudos para a localização da nova capital. Uma comissão foi organizada em Planaltina para receber o visitante, e o juiz foi o orador.

## BRASILIA

Em 1954, por ocasião da visita do Mal. Pessoa, novo presidente da comissão de localização, o dr. Lúcio foi dos que o receberam em Planaltina e o acompanhou até ao sítio onde hoje está Brasília. Sítio que o marechal desejava dar o nome de Vera Cruz. O governo de Goiás tinha enviado o engenheiro Bernardo Sayão para construir o primeiro aeroporto. Dias antes dessa visita, o juiz de Planaltina viajava num teco-teco para Goiânia e, ao sobrevoar o local, o piloto comunicou-lhe a notícia da escolha definitiva daquele sítio para a construção da nova capital. Feliz, o magistrado ficou algum tempo contemplando a região ainda virgem onde apenas haviam as fazendas do Gama e Torto, a última, no passado, pertencente a seu avô, Francisco Magalhães, que recusou 10 contos de réis em 1928, quando o então presidente Washington Luiz reacendera o movimento para mudança da capital. Na época sua frase tornara-se célebre: "a mudança da capital do país para o Planalto Central é tão necessária quanto o ar que se respira". Em 1922, por lei do Congresso, as comemorações do Centenário da Independência tinham sido assinaladas com a fixação de um marco de cimento dentro do quadrilátero de Cruls, com inscrições alusivas à transferência da capital. Com o recrudescimento da ideia mudancista, em 1928, os municípios enquadrados na área provável fizeram loteamentos, cujos terrenos doavam a quem os quisesse a título de propaganda do movimento. A Intendência de Planaltina projetou o loteamento de Planópolis, onde hoje se acha a asa esquerda do Plano Piloto. Mas novamente esfriou a campanha, e o seu avô acabou vendendo sua fazenda por 10 contos, assim mesmo "na base da trama", em troca de gado e mantimentos. Estes terrenos doados pela Intendência de Planaltina entre 1928 e 1930 criaram embaraços ao desenvolvimento das desapropriações da área onde se ergue Brasília. Muitos dos donatários que registraram ou não seus terrenos reivindicam agora seus direitos. E alguns chegaram mesmo a impetrar ações em juízo para saber onde se encontravam suas propriedades. Esses loteamentos jamais foram demarcados, e sobre alguns deles se desdobram hoje as obras de Brasília, como é o caso de Planópolis. Ocorre porém, que segundo a lei que foi votada há muito tempo pela Câmara dos Vereadores de Planaltina, só prevaleceram os direitos daqueles que registraram os imóveis. E, pela mesma lei, foram doados ao Estado de Goiás os lotes não registrados. O Estado, por sua

vez registrou e doou à União. No tocante às desapropriações dos terrenos, o juiz de Planaltina inovou em matéria de Jurisprudência. Para estas desapropriações, a União delegou ao governo de Goiás esta tarefa, fornecendo-lhe as verbas necessárias. A inovação do juiz, ao contrário do que entendia o Corregedor do estado de Goiás (segundo o qual o Estado não podia desapropriar em nome da União) concedia o juiz despacho saneador às ações propostas. E como dentro do prazo legal ninguém interpunha recurso, as ações continuavam seu curso e as terras iam passando sem maiores contratempos para o domínio da União.

## INSTALAÇÃO DA JUSTIÇA

No dia 21 de abril de 1960, cessou a autonomia de Planaltina, que foi incorporada à sede do governo da União, e dois dias antes da inauguração elaborou-se a lei de organização judiciária e administrativa para que fosse nomeado um prefeito e organizada a justiça. Do Rio de Janeiro vieram desembargadores e juizes, pois a Lei não dava oportunidade aos dos outros Estados. Entretanto, o presidente vetou o dispositivo, dizendo que os outros Estados tinham juizes tão dignos quanto os do ex-Distrito Federal. Da Bahia veio o desembargador Colombo Cerqueira, e de Minas Gerais Márcio Ribeiro, juntamente com dois juizes, depois promovidos a desembargadores: José Fernandes e Juscelino Ribeiro. Do Rio de Janeiro vieram três desembargadores e dois juizes mais tarde promovidos também a desembargadores: Joaquim de Souza Netto e Raimundo Macedo. De Goiás veio o primeiro juiz de Brasília, Lúcio Batista Arantes, nomeado juiz substituto em 5 de setembro de 1960. Foi promovido a Juiz titular da Vara de Família, Orfãos, Menores e Sucessões no dia 3 de maio de 1964, substituindo Irineo Joffily. Nesta Vara o dr. Lúcio acompanhou o desenrolar de muitas vidas, fazendo casamentos e desquites. Muitas vezes cuidou como juiz de menores dos filhos das pessoas que se separavam. E quando morriam fazia seus inventários. Teve, portanto, atuação completa como juiz de Família. Nos anos de 1963 a 1966 presidiu as eleições no Território Federal e Roraima. Em 1968 assumiu, como juiz, a Corregedoria da Justiça Eleitoral do Distrito Federal, Estado do Acre e Territórios Federais. Neste mesmo ano, no dia 23 de agosto, foi promovido a desembargador na vaga de João Henrique Braune. Em 1972 foi eleito presidente do Tribunal Regional Eleitoral, estado do Acre e Território Federal de Rondônia. Em 1974 tomou posse como vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Corregedor da Justiça, cargo que ocupa até hoje.

O dr. Lúcio considera que alcançou duas vitórias: uma ao baixar em Brasília um provimento isentando os avalistas de serem protestados juntamente com o emitente. Tal ato teve ampla repercussão e cinco Estados adotaram este provimento: Guanabara, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Ceará. A outra, quando encerrou uma polêmica desde o início de Brasília, determinando o registro imobiliário das terras do Distrito Federal, reconhecendo sobre elas o domínio particular.

Este pioneiro da justiça nasceu no dia 3 de setembro de 1918 em Trindade, estado de Goiás, filho de Otávio Batista Arantes e Maria Aurora da Conceição Arantes. Sua instrução primária foi feita no Grupo Escolar "Senador Caiado", em Trindade, e a secundária no Liceu de Goiás, na cidade de Goiás. Formou-se pela Faculdade de Direito de Goiânia. E casado com dona Albertina Cunha e Cruz Arantes, tendo quatro filhos: José Luciano, Lúcia Beatriz, Leonardo Otoni e Túlio Márcio.